

**NACIONALISMO ÁRABE E ISLÃO: RELAÇÕES MÚTUAS DE
ASSIMILAÇÃO OU REJEIÇÃO - O EGÍPTO DURANTE AS DÉCADAS DE
CONSTRUÇÃO DA IDEOLOGIA NACIONALISTA ÁRABE**

Marta Silva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Ainda hoje, decadente, como proclamam estar o nacionalismo árabe da primeira metade do século XX, é difícil explicar, padronizar e dar uma forma definitiva ao que era na altura considerada a nação árabe. Como Hudson afirma, não haverá outro local no mundo onde a definição de nação seja tão difícil como no mundo árabe, tendo em conta as multiplicidades identitárias naquela região, que levaram frequentemente a desdobramentos e crises de lealdade¹.

Esta diversidade verificava-se a todos os níveis mas, o mais evidente seria – e continua ainda a ser nos nossos dias – a nível religioso, numa perspectiva externa ao Islão, mas não só.

O nacionalismo árabe começou a ganhar forma no período entre as duas grandes guerras quando, determinadas alterações políticas, sociais e económicas permitiram que este saísse da periferia intelectual, apoderando-se dos grandes centros culturais e políticos. Como afirma Israel Gershoni, tal foi provavelmente o período mais

¹ Michael C. Hudson acrescenta que questões como as de pertença a tribos, comunidades religiosas e clãs, praticamente marginalizadas a Ocidente, adquirem uma renovada importância no mundo árabe, sendo facilmente integradas nas identidades nacionais, ver HUDSON, M. C.: *Arab politics: the search for legitimacy*, Yale University Press, New Haven, 1977, p. 34.

importante na gestação das teorias nacionalistas com o envolvimento e formação da sociedade civil nesse sentido e a institucionalização política².

Sobretudo, é necessário partir do princípio que, embora considerando as suas particularidades do mundo árabe, também aí, tal como a Ocidente, a identidade nacional implica um processo de apreensão – até certo ponto, artificial – de um sentimento de consciência nacional e de um sentimento de pertença a uma sociedade que, na grande maioria das vezes, não é inerente ao próprio Estado. Será este processo de aprendizagem que permitirá a constituição daquilo que se compreende por *nação*.

A idealização da nação árabe, um conceito desconhecido até finais do séc. XIX, só foi possível, tal como a Ocidente, através da construção de uma identidade nacional focada, sobretudo, na partilha de uma língua, uma cultura e de inimigos comuns. Apesar da existência efectiva de países e de identidades proto-nacionais, nem uns nem outros eram elementos significativos na altura de se definirem identidade e lealdade políticas: estes papéis estavam já ocupados pela religião e pela dedicação aos seus líderes.

Começaria por ser uma reacção ao excessivo centralismo do Império Otomano, à inacessibilidade dos árabes a cargos superiores na administração e a uma tentativa de *turquização*, que pretendia a homogeneização cultural através do elemento que mais unia árabes e turcos, o Islão.

Contrariando esta tendência, os primeiros nacionalistas árabes eram árabes não-muçulmanos, nomeadamente cristãos, determinados a fomentar um afastamento relativamente ao Império Otomano, reivindicando uma nação árabe, sem chamar a atenção para o aspecto religioso. O nacionalismo árabe deste período, até 1918, era, portanto, essencialmente secular.

² GERSHONI, I.: «Rethinking the Formation of Arab Nationalism in the Middle East, 1920-1945», in JANKOWSKI, J. e GERSHONI, I. (ed.): *Rethinking Nationalism in the Arab Middle East*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1997, p. 4.

O fim da I Guerra Mundial afectaria de forma permanente o Médio Oriente e a percepção que os Árabes tinham das potências europeias. O aprofundamento da presença britânica e francesa aceleraria dois processos distintos, de aculturação e reacção. O contacto com estrangeiros facilitaria a penetração de conceitos até então desconhecidos, como *pátria*. Por outro lado, a divisão geométrica e forçada da região em Estados, sem ter em conta clãs, tribos, sectores e outras lealdades, assim como a traição britânica sobre o Xerife Hussein, lançariam os nacionalistas árabes numa cruzada contra os europeus e em busca pela autonomia.

O desagrado crescente entre as populações árabes, aliado a um já existente sentimento de inferioridade e à óbvia preferência britânica pela causa sionista, levou a uma radicalização do próprio nacionalismo. As décadas de 30 e 40 ditariam a aproximação ao modelo germânico de nação, segundo o mote de que esta poderia existir sem Estado. O nacionalismo ditaria o seu próprio sucesso por defender uma unidade baseada na língua árabe e nas origens étnicas, ambas mais adequadas à realidade árabe do que a questão do *patriotismo*.

O Islão passou a assumir um papel cada vez mais importante, muito embora os nacionalistas deste período, posterior à 1ª Guerra Mundial, tentassem restringi-lo à esfera pessoal. Este passaria a ser encarado como mais uma das ferramentas de construção da nação árabe, a par da língua, da história e de outros. Adquiriu, sobretudo, a forma de património cultural, sobre o qual todos os Árabes, muçulmanos ou não, deveriam reflectir, conhecer e respeitar. No entanto, no seu âmago o nacionalismo árabe não é religioso nem islâmico.

De uma forma mais ou menos homogénea, os líderes árabes da altura, recusavam-se a apresentar a unidade religiosa – neste caso sob o jugo do Islão, religião maioritária naquela região – como um elemento verdadeiramente fundamental no apelo

à união dos árabes, preferindo promover outros como a uniformidade linguística e a história e as tradições comuns.

A valorização destes elementos é, de resto, comum à construção das ideologias nacionalistas ocidentais, um modelo no qual os nacionalistas árabes se inspiraram. Ainda que incompreensível para o Ocidente contemporâneo, onde a nacionalidade e a cidadania são, ainda hoje, alguns dos elementos mais determinantes da identidade, o Islão é inerentemente político, com o Profeta Maomé a assumir, no séc. VII, o papel de governante e de soldado. Todavia, não implica que a sua modernização e reforma, sem comprometer os valores espirituais e islâmicos, não seja possível.

O limbo em que as sociedades árabes se encontram actualmente aponta, contudo, para a possibilidade de estas nunca terem passado por um processo de secularização, como previamente assumido, pelo que é legítimo questionarmo-nos acerca das relações realmente estabelecidas entre os líderes nacionalistas árabes e as lideranças e instituições religiosas durante as décadas de expansão e solidificação da ideologia nacionalista.

Como explica Esposito, sendo conceitos e ideias importados do Ocidente, e sendo também aí que ocorrera o processo de modernização e industrialização, as nações ocidentais tiveram séculos de aperfeiçoamento em questões como a reforma religiosa e construção nacional³. O nacionalismo árabe, tido por vezes a Ocidente como xenófobo e propenso ao conflito, era uma etapa pelo qual os Estados árabes deveriam ter passado e que, infelizmente, foi interrompida. No Médio Oriente, o processo de identidade nacional foi feito de forma precipitada e o Ocidente sempre exigiu, e continua a exigir, que a secularização seja também feita abruptamente.

³ ESPOSITO, J. L.: *Islam and Politics*, Nova Iorque, Syracuse University Press, 1991, p. 151.

Três aspectos marcantes do nacionalismo árabe são visíveis a olho nu, sendo que todos eles estão intrinsecamente relacionados com o Islão: a uniformidade religiosa quase total na sociedade árabe, apesar da cisma entre xiitas e sunitas; a capacidade islâmica de se impor simbolicamente e de participar activamente em todo o espectro social e, por seu turno, a tendência da sociedade árabe em se tornar permeável a estes avanços; e, por último, a tentação natural - herdada das correntes nacionalistas europeias do séc. XX – em utilizar a religião como uma forma de legitimar as suas políticas junto dos seus cidadãos.

No plano teórico, é também evidente que os teorizadores de finais do séc. XIX e inícios do séc. XX eram maioritariamente muçulmanos e, portanto, estes estariam condicionados quer pela sua condição pessoal, quer pelas estruturas sociais.

A importância do Islamismo como argamassa da identidade nacional árabe é, desta forma, indiscutível embora, muitas das vezes, a relação entre o poder político com a religião fosse ambígua: os autores árabes conduziram o Islão a um processo de secularização e modernização, transformando-o num dos pilares do nacionalismo árabe mas desprovendo-o da sua dimensão legal.

A escolha do Egipto enquanto estudo de caso é facilmente explicada. Sendo um dos países mais populosos e um dos mais modernos de mundo árabe, o Egipto tem funcionado como líder dos Estados árabes, mostrando ser a nação-motor em termos de movimentos de transformação. Esta liderança verificou-se, paralelamente, na luta contra a presença ocidental no Médio Oriente e na oposição à presença sionista, motivos que, aliás, facilitaram a aceitação popular do nacionalismo árabe.

Esta caracterização do Egipto do início do séc. XX mostra-se relevante por se tratar de um retrato em tudo contrastante com os restantes Estados árabes. Embora balançando, como todos os outros, entre reformismo islâmico e nacionalismo secular, o

Egipto demonstrou, desde muito cedo, uma clara orientação para o segundo modelo, proporcionada pela regular modernização nos seus sistemas político, legislativo e educacional⁴. O Islão foi, portanto, um dos factores no desenvolvimento dos nacionalismos egípcio e árabe, mas não se tornou no factor mais importante e, para a nova geração de nacionalistas árabes, o apelo à unidade islâmica não passou de um meio para atingir a independência política.

Taha Hussein, um dos mais influentes teorizadores sobre modernismo árabe é disso prova, contrariando a tendência, e defendendo que desde sempre Islão e Estado tinham estado separados no Egipto: «Muslims have been well aware of the now universally acknowledged principle that a political system and a religion are different things, that a constitution and a state rest on practical foundations»⁵.

Lufti al-Sayyid pensava da mesma forma:

In the present situation, the [traditional Islamic] formula has no *raison d'être* because it fits neither the present state of affairs in Islamic nations nor their aspirations. One option remains to replace this formula by the only doctrine that is in accord with every Eastern nation which possesses a clearly defined sense of fatherland. The doctrine is nationalism⁶.

Para tal, parece ter contribuído o longo período de contacto com o Ocidente e o facto de o Egipto ter, desde muito cedo, numa altura em que os outros países eram governados por líderes locais, experimentado a necessidade de contra-balançar o factor religião com o de ocidentalização.

⁴ FAKSH, M. A.: *The Future of Islam in the Middle East: Fundamentalism in Egypt, Algeria and Saudi Arabia*, Londres, Praeger Publishers, 1997, pp. 42-43.

⁵ Citação retirada de ESPOSITO, J. L.: *Islam and Politic... op. cit.*, p. 68.

⁶ *Ibid.*, p.67.

Apesar da influência da questão palestina, é um facto que, inicialmente, o que conduziu à revolta no Egipto foram, sobretudo, as questões internas do país: os níveis de corrupção e a falta de igualdade social e económica, a incompetência do rei e a acomodação do *Wafd*⁷ a ocupação britânica que, finada em 1914, ainda se fazia sentir militarmente na zona do Canal do Suez, ainda que de forma limitada, cumprindo-se um tratado anglo-egípcio de 1936⁸.

Ainda assim, a guerra de 1948 na Palestina, consequência da declaração de independência de Israel, marcou indelevelmente a mentalidade egípcia e, em particular de Nasser, que partiria, por vontade própria, para combater do lado árabe. A sua participação ficaria marcada pela frustração com que testemunhava o aniquilamento dos exércitos árabes, mais numerosos, mas bastante desorganizados.

A Palestina transformar-se-ia, assim, na primeira excepção ao nacionalismo patriótico de Nasser, embora ele próprio admitisse que a sua defesa era necessária para a protecção do território egípcio e não a atribuísse por completo a um sentimento de solidariedade para com o povo palestino, como explicava em *The Philosophy of the Revolution*: «The fighting in Palestine was not fighting on foreign territory. Nor was it inspired by sentiment. It was a duty imposed by self defense»⁹.

Nasser, enquanto presidente egípcio de 1956 a 1970, é, ainda hoje, a face mais reconhecida e associada ao nacionalismo árabe, muito embora as suas expectativas tenham resultado, no final, assumidamente frustradas.

⁷ Partido nacionalista egípcio, fundado por Zaghloul no pós-I Guerra Mundial. Durante muito tempo foi considerado o grande partido da oposição no Egipto mas, a sua resignação para com a ocupação britânica determinou a sua perda de influência.

⁸ O Tratado anglo-egípcio de 1936 previa, entre outros, a presença militar britânica junto do Canal do Suez, desde que esta não excedesse as 10 000 forças terrestres e as 400 unidades aéreas. Um acordo que, no entanto, continuou a servir exclusivamente os interesses da Grã-Bretanha que, além de ver no Canal a sua veia jugular durante a II Guerra Mundial, passou a usá-lo como ponto de aglomeração de forças navais, terrestres e aéreas.

⁹ JANKOWSKI, J.: «Nasserism and Egyptian State Policy, 1952-1958», in JANKOWSKI, J. e GERSHONI, I. (ed.): *Rethinking Nationalism in the Arab Middle East*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1997, pp. 152-153.

Pelo seu nível de modernização e pelo seu longo período de contacto com o Ocidente, a relação entre Nasser e o poder religioso tornou-se incomparável, facto consumando pela necessidade que o Egipto sentiu desde cedo em contra-balançar o factor religião com o de ocidentalização.

Esta necessidade é claramente representada com a atitude de quase indiferença de Nasser e, em momentos isolados de hostilidade, perante o Islamismo: embora não descartasse a existência de uniformidade religiosa quase total, sempre evitou referi-la como fonte da unidade árabe, descartava a pertinência de um Califado Islâmico e argumentava que a subjectividade do Corão o impedia de se tornar uma fonte de direito coerente¹⁰.

De certa forma, a posição do líder egípcio perante o Islão era semelhante à que mantinha face às alianças com o Ocidente: o seu alinhamento era manobrado passo a passo mediante as suas necessidades pelo que, ao invés de alienar o poder religioso no seu todo, preferia mantê-lo a uma distância de segurança, controlando-o e gerindo a inclusão de elementos religiosos nos seus discursos, consoante lhe fosse necessário.

A disputa que travaria com a Irmandade Muçulmana e que resultaria na perseguição e expulsão da organização islâmica do país não passou, na opinião de alguns autores, de um momento irrepetível na relação de complementaridade até então estabelecida entre poder político e religioso, e terá sido a forma encontrada por Nasser para travar a sua insegurança relativamente à emergência de um poder paralelo.

Estes elementos, aliados à própria personalidade do líder árabe enquanto grande gestor de alianças e criador de discursos galvanizantes, tornam o Egipto num caso de estudo indispensável para compreender em que sentido as relações entre poder político e poder religioso se produziram no Médio Oriente, nas décadas de ouro do nacionalismo

¹⁰ JANKOWSKI, J.: «Nasserism an Egyptian...», *op. cit.*, pp. 155-156.

árabe e, eventualmente, se foi possível que uma ideologia como esta, altamente dependente da recepção popular, tenha proliferado sem o apoio e intervenção do islamismo.

Duas questões me pareceram essenciais: Teria sido realmente possível que no mundo árabe, território onde a religião majoritária (o islamismo) ultrapassa a esfera religiosa e de culto, uma ideologia como o nacionalismo árabe tivesse proliferado sem o seu apoio? E, assim sendo, terá havido uma verdadeira separação do poder religioso e político durante os anos de construção do Arabismo e respectiva aplicação, ou o Islão simplesmente abandonou a esfera da lei divina para passar a ser encarado de forma meramente cultural, como argamassa da própria nação árabe?

O próprio estudo de caso escolhido ajudar-me-á a responder a estas questões: De que forma a política nacionalista de Nasser se adaptou à necessidade de incluir ou rejeitar alianças com o poder religioso? Será que este afastamento se deu apenas relativamente ao movimento islâmico politicamente organizado (e.g. Irmandade Muçulmana), para que o Islão, enquanto identidade, pudesse continuar a ser politicamente lucrativo? Ou, pelo contrário, Nasser preferia alimentar a unidade árabe aludindo à luta contra o imperialismo europeu na região, à presença do Estado de Israel e à modernização e crescimento autónomo do Egipto face às grandes potências?

Tudo aponta, aparentemente, para a segunda hipótese, se tivermos em conta que a formação diversificada de Nasser, a sua participação em movimentos políticos estudantis e no Movimento dos Oficiais Livres e o próprio contacto com a presença britânica no Egipto lhe proporcionaram uma percepção distinta de muitos dos seus companheiros. Esta recusa do Islão enquanto elemento político manter-se-ia, portanto, ao longo da sua governação:

After eighteen months in power, I still don't see how it would be possible to govern according to the Koran... The Koran is a very general text, capable of interpretation, and that is why I don't think it is suitable as a source of policy or political doctrine¹¹.

Não se tratava de uma característica comum no Movimento dos Oficiais Livres e Anwar al-Sadat, também ele figura da revolução e mais tarde reconhecido pelo Presidente-Crente, é disso prova. Contudo, para as elites no mundo árabe do período pós-independência, tratava-se de uma tendência crescente: tal como Nasser, estas viam a herança islâmica como parte das suas vidas espirituais, mas totalmente irrelevante para a vida política moderna. Optou-se, portanto, por um abandono da Sharia, ao invés da sua reinvenção e o Islão remeteu-se ao seu papel de mera herança cultural e deixou de ser encarado como O regulador da vida pública.

Todavia, tal como nas sucessivas alianças e cortes diplomáticos que efectuaria durante a sua carreira política, Nasser não se coibiu de recorrer à herança islâmica do Egipto para legitimar as suas posições quando as circunstâncias internacionais assim o exigiam. Um exemplo ilustrativo desta lenta mas visível aproximação à religião é o facto de na Constituição de 1956 não constar qualquer referência ao Islão. No entanto, na de 1964, não só esta referência aparecia, como tomava a forma de uma cláusula segundo a qual o Islão era admitido com a religião do Estado.

Esta subtil aproximação contrastava claramente com o agravamento das relações entre Nasser e grupos revivalistas islâmicos, nomeadamente a Irmandade Muçulmana.

A organização, fundada em 1928, em Ismailia por Hasan al-Banna, um egípcio que convivera de perto com a ocupação e a imposição de valores ocidentais, começou por desempenhar um papel de activismo social, atraindo membros e alcançando o apoio

¹¹ JANKOWSKI, J.: «Arab Nationalism in Nasserism...», *op. cit.*, p.155.

popular através da construção de hospitais, escolas, mesquitas e até mesmo pequenas indústrias.

É necessário reconhecer a Irmandade Muçulmana destas décadas como um grupo que compreendia uma pequena sociedade dentro da própria sociedade egípcia, sem intenção de se transformar em movimento político: não se tratava, portanto, de um grupo marginal, limitado a membro extremistas. Ainda assim, serviria de modelo para muitos outros movimentos islâmicos como, por exemplo, o Hamas na Palestina.

Não se tratava de acção social gratuita e desprovida de interesses: a adesão da sociedade egípcia assegurava, por um lado, a disseminação da mensagem islâmica e, por outro, crescentes donativos de filantropos muçulmanos, nomeadamente da região do Golfo. Paralelamente, a acção social destes grupos colocava a descoberto as falhas dos Estados, abriu caminho para a sua evolução política e contribuiu para o crescimento da ideia de que o Islão seria a solução. Como explica Phebe Marr:

The major accomplishment of the Islamic movement, and the Muslim Brotherhood in particular, and the source of its strength is the extent to which it has created an alternative, normative order. [...] As a result, the Islamic factor is regarded as both an effective change agent and challenge or threat. While many Muslims find meaning, direction, assistance and a sense of empowerment, others (in particular the government and many elites) see Islamic movements as an indirect critique of the government's failures, a challenge to its legitimacy, and a direct threat to the stability of the Egyptian Government and society¹².

Contudo, desde a execução de Hassan al-Banna em Fevereiro de 1940, como retaliação pelo assassinato do Primeiro-Ministro do Egipto Nurashi Pasha, que a

¹² ESPOSITO, J. L.: «The Islamic Factor», in MARR, P.: *Egypt at the Crossroads: Domestic Stability and Regional Role*, Washington DC, National Defense University Press, 1999, p. 58.

Irmandade Muçulmana vinha a assumir o seu desejo de instalação de um Estado Islâmico e, desde então, tem concentrado os seus esforços nesse sentido.

O Islão era visto pela Irmandade como um sistema perfeito, a ser implementado em todo o espectro da vida política, económica e cultural, logo após a expulsão das forças externas imperialistas e a reforma daqueles que actuavam dentro do país afastando os egípcios da verdadeira fé. Acentuando a missão e a presença universal do Islão, noções como a de nacionalismo são, para os seus membros, inconcebíveis por preconizarem uma renovação ocidentalizada da sociedade, sem raízes em princípios islâmicos.

Inicialmente, a repressão sentida pela Irmandade Muçulmana por parte de Farouk, traduziu-se no apoio indiscutível ao Movimento dos Oficiais Livres. Então, mais do que a reintegração total, a organização acreditava realmente que Naguib estaria disposto a estabelecer um Estado islâmico ou a partilhar o seu poder. O facto de alguns militares participantes do Movimento serem também membros ou simpatizantes da Irmandade Muçulmana ditaria que ela ficasse isenta, por exemplo, aquando da dissolução dos partidos políticos.

As disputas internas no seio do Movimento dos Oficiais Livres, entre Naguib e Nasser, ditariam que o primeiro se predispusesse a negociar com os revivalistas islâmicos, acção que o segundo tentava a todo o custo minar e na qual seria bem sucedido. A primeira tentativa de tomada de poder por Nasser, a 23 de Fevereiro de 1954, resultaria somente no afastamento temporário de Naguib: nessa altura, o presidente do Conselho do Comando Revolucionário (CCR) contava ainda com o apoio da maioria do exército, que exigiria o seu regresso apenas nove dias depois.

Até Novembro, altura em que Nasser conseguiria afastar Naguib definitivamente e assumir o controlo total do CCR, o exército seria alvo de uma purga dos elementos

favoráveis ao presidente do CCR. Em simultâneo, Nasser conseguiria, habilmente, estimular a antipatia estudantil para com a Irmandade Muçulmana e outros grupos dissidentes que apelavam ao regresso ao sistema parlamentar e ao multipartidarismo.

A popularidade de Nasser junto das massas, o facto de ele ser o líder efectivo do Movimento e o crescente receio de que ele afastasse Naguib levou a que em Outubro de 1954, ainda antes da sua tomada de posse, fosse desencadeada uma tentativa de assassinato contra ele. Apesar de não existirem provas de que este tivesse sido planeado com a conivência da Irmandade Muçulmana, ainda que o atirador a ela pertencesse, o acontecimento acabou por oferecer ao governo a justificação necessária para a destruição da organização e garantir que esta passaria a maior parte da sua existência na clandestinidade. A sobrevivência ao atentado garantiria também a Nasser o apoio e a simpatia populares:

A leader's prestige can be immeasurably strengthened if he 'miraculously survives' an assassination attempt. In Nasser's case it was confirmation of his role as leader and the real beginning of the bond between him and the people¹³.

Nas décadas seguintes mas, sobretudo, a partir de 1966, o governo egípcio garantiria a incapacidade da Irmandade em se erguer politicamente através da execução dos seus líderes, como Sayyid Qutb, e a prisão e a tortura dos seus membros. Como James Jankowski menciona, este repúdio da religião durante o regime Nasserista foi, em parte, resultado da necessidade de distinção do programa nacionalista do programa da Irmandade Muçulmana. Contudo, não despreza o facto de o nacionalismo egípcio ter

¹³ Citação retirada de HOPWOOD, D.: *Egypt: Politics and Society 1945-1984*, Boston, Allen & Unwin, 1986, p. 42.

sido marcado, num período anterior à Revolução de 1952, por uma noção secular da identidade egípcia: Nasser terá lutado por manter essa postura ao longo dos anos¹⁴.

A violenta repressão que perpetrou sobre a Irmandade Muçulmana garantiria que esta ficasse politicamente debilitada até à sua morte, e pode ser também justificada pela sua falta de vontade em partilhar o poder, mas não deve servir para tirar ilações sobre a postura de Nasser face à religião. Nasser seguiria os passos de muitos líderes europeus e americanos e optaria pela manipulação da religião para fins políticos.

A forma como Nasser encarava o poder religioso funcionava da mesma forma como ele se relacionava com o Ocidente e com as forças comunistas soviéticas. Preferia manter a sua distância, mas não se mostrava adverso a alianças com ambos, desde que estas se mostrassem benéficas para o projecto que este tinha para o Egipto. Da mesma forma, não deixava que as suas simpatias ou desagradados pessoas interferissem com as suas decisões políticas: o carinho que sentia pela cultura americana¹⁵ e o desprezo com que via o comunismo não o impediram de recorrer à URSS em detrimento dos EUA quando as circunstâncias assim o exigiram.

Da mesma forma, e apesar de assumidamente muçulmano, Nasser nunca compreendeu a necessidade de fundir os seus poderes com o Islão. Contudo, e apesar de defender a separação do Estado e do Islão, nunca forçaria a secularização total ou a imposição de uma filosofia anti-religiosa, como Atatürk pretendia. O próprio Bernard Lewis parece condenar esta postura de indecisão, e a sua recusa em excluir o Islão de forma total, embora não se refira abertamente a Nasser ou ao nacionalismo árabe, de quem tem uma opinião bastante negativa¹⁶.

¹⁴ JANKOWSKI, J.: «Nasserism an Egyptian...», *op. cit.*, pp. 156-157.

¹⁵ Baseado numa entrevista realizada a Mohammed Heikal, Said Aburish descreve a admiração que Nasser nutria pela cultura norte-americana e pelo seu sistema democrático, que o levariam a alimentar sempre a possibilidade de negociação com os EUA, uma potência, na sua opinião, não-imperialista. Ver in ABURISH, S. K.: *Nasser: the Last Arab*, Nova Iorque, St. Martin's Press, 2004, p. 43.

¹⁶ LEWIS, B.: «The Roots of Muslim Rage», *The Atlantic* (Setembro de 1999).

Terá sido também esta opção de Nasser em não negar por completo as raízes islâmicas e em excluir totalmente a religião que mais desagradou ao Ocidente que, ironicamente, exigia que o primeiro presidente egípcio disposto a realizar esta separação fosse mais além do que qualquer líder ocidental tinha ido.

Nasser continuaria a respeitar as tradições muçulmanas, mas referências religiosas nos seus discursos são praticamente inexistentes. Consultaria os *ulemas* para fazer alterações nos currículos das escolas, mas até esta iniciativa pretendia uma maior abertura às novas ciências¹⁷. Paralelamente, de forma estratégica, a não-negação da religião por Nasser e o recurso aos teólogos islâmicos acabou por minar também qualquer influência que restasse da Irmandade Muçulmana na população.

A estratégia de Nasser relativamente à Irmandade Muçulmana baseou-se numa abordagem ultra-cuidadosa, uma vez que este temia o fim abrupto de uma organização extremamente popular. Por um lado, o adiamento da destruição total até meados de 1960 granjeou-lhe o tempo necessário para que afirmasse a sua própria reputação; Por outro, necessitava garantir que a eliminação, ainda que parcial da Irmandade, não suscitaria críticas. Essa garantia surgiria dos ataques que perpetraria a movimentos estudantis e a jornalistas críticos ao regime e à abolição, logo em Janeiro de 1953, de todos os partidos e movimentos políticos de menor relevo¹⁸.

Como refere John Esposito, as bases sob as quais a Irmandade Muçulmana foi criada reconheciam a existência de instituições e estruturas não-islâmicas de orientação do Estado e apenas preconizavam o regresso da sociedade árabe aos valores do Islão, considerados intemporais¹⁹. Da mesma forma, os membros fundadores da organização

(disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1990/09/the-roots-of-muslim-rage/4643/>)

¹⁷ ABURISH, S. K.: *Nasser: the... op. cit.*, p. 48.

¹⁸ Apesar de nem o Partido Comunista, nem a Irmandade Muçulmana terem sido abolidos em Janeiro de 1953, ambos se insurgiram contra o Decreto da dissolução de partidos, organizando manifestações, de imediato reprimidas pela polícia e pelo exército.

¹⁹ ESPOSITO, J. L.: *Islam and Politics... op. cit.*, pp. 140-141.

pouco tempo dedicaram a imaginar Estado islâmico, pelo que se explica que a radicalização da organização tenha ocorrido posteriormente, fruto da sua expulsão e perseguição nas décadas anteriores, quando se viu obrigada a operar ilegalmente.

Por último, e tendo em conta que o Egipto era então o líder incontestável do movimento, será o nacionalismo árabe um paradoxo por representar a necessidade de inserção no mundo moderno (por norma, dito democrático) mas, simultaneamente a defesa de um património histórico e cultural e, portanto, também religioso?

Apesar dessa tentativa de distanciamento, a componente religiosa no mundo árabe tem um relevo na vida quotidiana que, aos olhos ocidentais, pode significar um “*atraso civilizacional*”. Trata-se de uma visão redutiva do mundo extra-europeu mas, é também necessário compreender que foram os próprios árabes que se comprometeram a lutar pela modernidade, inspirados nos modelos nacionalistas europeus.

A minha primeira hipótese é de que, apesar dessa tentativa de separação entre as esferas política e religiosa, esse processo ficou por concluir, tendo em conta a dificuldade em excluir a uniformidade religiosa como elemento fundamental da nação árabe quando, na sua essência, tal seria o aspecto que traria mais equilíbrio e homogeneidade.

Nasser estaria consciente dessa dificuldade pelo que a sua animosidade se remetia apenas para o poder religioso concentrado e institucionalizado/movimentos sócio-políticos, com receio de que este acabasse por minar a sua própria liderança. Muito dificilmente ele teria mantido o apoio popular caso estendesse esta aversão ao Islão na sua generalidade.

A longo prazo, esta incapacidade e/ou recusa de Nasser e dos restantes líderes árabes, em afastar ou, até mesmo, de reinventar o Islão comprometeu a modernização

política e cultural e o avanço civilizacional dos Estados e das sociedades da região encaminhando-os na direcção do fundamentalismo islâmico.

Nasser manteria um cuidado extremo nas suas relações com o Partido Comunista Egípcio e, ainda que se assumisse claramente como anti-comunista, não queria correr uma possível relação com a URSS ainda antes de esta realmente começar. Também acreditava que um ataque directo ao Partido Comunista só serviria para estimular ainda mais a sua popularidade junto da população e preferiu adoptar o mesmo sistema que havia adoptado com o Rei Farouk em 1952: a expulsão, ao invés da morte em praça pública.

Contudo, Nasser não mostrou a mesma cautela em relação à Irmandade Muçulmana e, as consequências revelar-se-iam nos mandatos dos seus sucessores. A captura e a morte do seu líder ideológico Sayyid Qutb elevá-lo-ia a um estatuto de mártir pela causa islâmica, garantiria a expansão da ala direita na organização e a consequente criação de sub-grupos extremistas.

O revivalismo islâmico tem, na mesma medida que outras ideologias extremistas, proliferando no Egipto em períodos de graves crises sociais e económicas, para as quais o aparelho político não tem resposta. Durante a presidência Nasser, estes problemas não foram extintos mas, em compensação, os egípcios retiravam uma espécie de satisfação constante dos desafios de Nasser às potências.

Teria sido praticamente impossível que uma ideologia como o nacionalismo proliferasse na região sem o apoio do poder religioso e Nasser estava consciente desta dificuldade: condenar o Islão ao ostracismo implicaria que os egípcios sentissem a necessidade de escolher entre um modelo que desconheciam, o nacionalista, e o revivalismo islâmico, com uma clara vitória deste último. Nasser consolidou, portanto,

o nacionalismo árabe como uma aposta viável que, até aos dias de hoje, ainda não foi redescoberta²⁰.

Mona Mahmoud, uma mulher proveniente da classe média egípcia, simplificava, em entrevista ao New York Times esta realidade:

We need an umbrella. In the 60's, Arabism was the umbrella. We had a cause. Now we lack an umbrella. We feel lost in space. We need to be affiliated to something. Usually in our part of the world, because of what religion means to us, we immediately resort to it²¹.

O regime de Nasser, ainda que inovador no mundo árabe, não foi capaz de criar um sistema que legitimasse processos políticos, como eleições livres, e instituições e criasse um precedente para os futuros presidentes. Perante oposição, «it pursued heavy-handed and secretive procedures which repressed but could not dissipate opposition opinion»²². Depois da sua morte, e sem instituições às quais os egípcios pudessem recorrer, a adesão ao Islão, familiar e presente no quotidiano de todos, tornou-se no caminho mais fácil.

²⁰ Após as revoluções que assolaram o mundo árabe em 2011, comentadores e jornalistas ressuscitaram a temática do nacionalismo árabe, ainda que as opiniões sobre a sua viabilidade para o futuro estejam ainda divididas.

²¹ Mona Mahmoud, cit. in SLACKMAN, M.: «And now, Islamism trumps Arabism», *New York Times* (20 de Agosto de 2006), disponível em: <http://www.nytimes.com/2006/08/20/weekinreview/20slackman.html?ex=1313726400&en=f3862d1c026b8101&ei=5088&partner=rssnyt&emc=rss>, consultada a 27-08-2011)

²² HUDSON, M. C.: *Arab politics... op. cit.*, p. 235.